

A CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA/BRASIL E A RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS CACAUCULTORES EM CONTEXTO DE ADVERSIDADES

Maria Cristina RANGEL¹

Celene TONELLA²

RESUMO

A região cacauera do Sul da Bahia se configurou tendo como base a concentração da terra, do poder político nas mãos dos coronéis do cacau e da precarização socioeconômica dos trabalhadores. Esse tripé de desenvolvimento foi mantido com a contribuição do Estado brasileiro entre 1930-1980, quando, após esse período, este rompeu com a forma costumeira de intervenção nos momentos de crise. Nosso objetivo é contextualizar o processo de transmutação identitária dos cacauicultores na crise, mostrar os traços aglutinadores, a identidade como relação e instrumento de poder, os conflitos internos, as diferenciações e hierarquizações. Analisamos 301 *e-mails* entre 27 fevereiro de 2009 e 19 de novembro de 2010, disponíveis na Lista do Cacau; 34 entrevistas baseadas na história oral temática; dados estatísticos coletados em *sites* oficiais e referências bibliográficas sobre território, identidade e a história regional. Desse material discursivo, selecionamos os traços autoidentitários dos cacauicultores; os que, segundo eles, lhes são atribuídos pelos “outros” e os que eles atribuem aos “outros”. Para subsidiar a discussão sobre identidade, recorreremos à Woodward (2011), Silva (2011) e Hall (2006). A análise da construção e uso da identidade como instrumento de poder foi baseada em Foucault (2009, 1979 e 2000).

Palavras-chave: Crise da região cacauera do Sul da Bahia. Relações de poder. Território.

¹ Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutorando em Geografia Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Geografia da UEM. Mestre em Ciência Política pela Unicamp. Doutora em História pela UNESP. Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisadora da Rede Observatório das Metrópoles e Bolsista Produtividade da Fundação Araucária.

THE CRISIS OF COCOA REGION SOUTH OF BAHIA / BRAZIL AND IDENTITY OF THE RECONSTRUCTION IN CONTEXT CACAO FARMERS ADVERSITY

ABSTRACT

The cocoa region of southern Bahia was conformed based on the concentration of land, in the socioeconomic precariousness of workers, and in the political power of the cocoa Colonels. This tripod development was maintained with the Brazilian State contribution between 1930-1980, when, after this period, the State broke this traditional form of intervention in times of crisis. Our goal is to contextualize the process of transmutation identity of cocoa farmers in crisis, to show the unifying characteristics, the identity as power relations and instrument of power, internal conflicts, the differentiations, and the hierarchization. We analyzed 301 emails between February 27, 2009 and November 19, 2010, available on the List of Cocoa; 34 interviews based on thematic oral history, statistical data collected from official websites, and bibliographic references about territory, identity and regional history. In this discursive material, we select: self-identity traits of cocoa farmers; traits attributed to them by "others", they say, and the traits that they attribute to "others". We refer to Woodward (2011), Silva (2011) and Hall (2006) to support the discussion about identity. The analysis of the construction and use of identity as an instrument of power was based in Foucault (2009, 1979 and 2000).

Keywords: Crisis of the cocoa region of southern Bahia; Power relations; Territory; Identity.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se utilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente (David Lowenthal).

Na região cacauqueira do Sul da Bahia ou Microrregião Ilhéus-Itabuna (Figura 1), durante mais de 200 anos predominou a monocultura do cacau voltada para o mercado externo, com o intuito de reforçar a balança comercial brasileira (CHIAPETTI, 2009). Trata-se de *commodity*, produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias. Durante esse tempo, o território da região cacauqueira adquiriu contornos próprios dessa monocultura, com instalações de redes de transportes e comunicação necessárias ao escoamento das amêndoas de cacau para os portos e de lá para o exterior. Essas redes, além de transportar pessoas e mercadorias, faziam chegar ordens, a “lei do cacau” (FRANK, 2009), em um período em que o Estado brasileiro delegou aos representantes de ‘uma boa sociedade’ o poder de agir como coronéis.

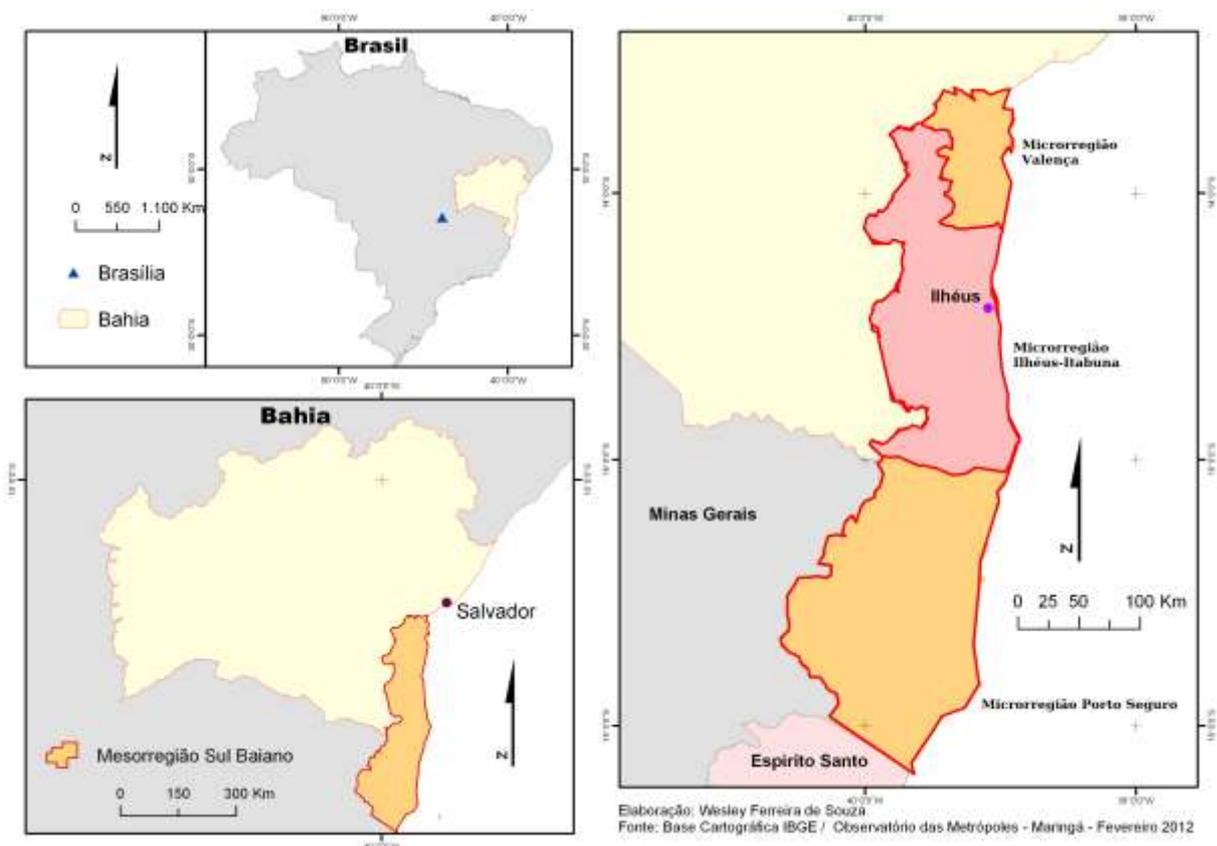


Figura 1: Localização da Bahia no Brasil, localização da Mesorregião Sul Baiano no Estado da Bahia, destaque para a Microrregião Ilhéus – Itabuna na Mesorregião Sul Baiana

Os cacauicultores ocupavam os cargos de maior prestígio na hierarquia da Guarda Nacional (constituída em 18 de agosto de 1831, em que os membros da sociedade que possuíam dinheiro, prestígio e influência nas decisões locais foram imbuídos de manter a ordem que o Estado não tinha condições de impor), no caso o de coronel, seguido pelo de major e capitão. A Guarda Nacional subsistiu até inícios da Segunda Guerra Mundial (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 2006), mas as relações sociais, baseadas nas máximas ‘manda quem pode, obedece quem tem juízo’ e ‘é dando que se recebe’, permaneceram e se expandiram. Imbricadas na sociedade local, foram se transmutando em diversas formas de exercício do poder local, como o apadrinhamento, mantendo e reforçando mecanismos de exclusão dos grupos perdedores, como foi o caso dos índios (PARAÍSO, 1982), no jogo pela conquista do território regional.

No final do século XIX e início do século XX, a sincronicidade entre o aumento da demanda, do preço e da produção do cacau; a falta de mão de obra, o que levava ao aliciamento dos que precisavam de terra para trabalhar, anexando-os aos domínios territoriais dos coronéis; a formação de uma elite latifundiária agrário-exportadora; a ausência do Estado para garantir outra ordem; e o advento do coronelismo na região formaram os elementos necessários para a liberação da energia explosiva do poder local: a junção entre o poder econômico, social, político e das armas nas mãos da elite (FALCÓN, 2010). O coronelismo oficial durou até a década de 1930, entretanto seu *modus operandi* permaneceu na sociedade do cacau, sofrendo alterações acentuadas a partir da introdução da vassoura-de-bruxa nos cacauais. É nesse contexto de adversidades que os cacauicultores falam sobre si, como grupo de poder, e sobre os outros que disputam os dizeres e fazeres sobre o território da região cacauera do Sul da Bahia.

2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os *corpus discursivos* utilizados para a confecção desse artigo foram 301 mensagens eletrônicas (*e-mails*) enviadas para Lista do Cacau, <cacau-1@listas.unicamp.br>, no período de 27 fevereiro de 2009 a 19 de novembro de 2010; 34 entrevistas baseadas na história oral temática com os cacauicultores; dados estatísticos coletados em *sites* oficiais e referências bibliográficas sobre aspectos da história regional, território e identidade. Os nomes dos listeiros – membros da Lista do Cacau – e dos cacauicultores entrevistados citados foram

codificados numericamente para resguardar suas identidades.

Nos *e-mails* perscrutamos: a) a auto-identidade dos cacauicultores; b) os traços identitários que lhes são atribuídos, segundo os mesmos; c) saber quem são os outros a quem se referem; d) as adjetivações atribuídas aos outros; e) o que pretendem com a construção e distinções identitárias. Para subsidiar nossa discussão sobre identidade recorreremos a Woodward (2011), Silva (2011) e Hall (2006). A análise da construção e uso da identidade como instrumento de poder e mecanismo de exclusão foi baseada em Foucault (2009, 1979 e 2000).

3 O TERRITÓRIO COMO *LOCUS* E IMAGEM DO PODER

Com o título de coronel ou, simplesmente, com o reconhecimento da sua autoridade, tradição, influência e laços de lealdade, os coronéis determinavam por onde deveriam passar as redes de transporte, configurando a imagem do poder e, ao mesmo tempo, excluía lugares de comunicação, criando paisagens de pouca vivacidade memorial e tolhendo a heterogeneidade de dizeres sobre a região cacauera. Em 1911, os adamistas, parentela e outros agregados do coronel Domingos Adami de Sá “[...] conseguiram manipular a construção da ferrovia e fizeram com que esta servisse aos distritos adamistas – Itaípe, Castelo Novo e Almada, deixando de fora o principal distrito pessoista [do coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva] da época, Cachoeira de Itabuna” (MAHONY, 2007, p. 751). Para garantir o escoamento das amêndoas de cacau, no “[...] início do século XX, a zona cacauera da Bahia era servida por três estradas de ferro: a E. F. Ilhéus-Conquista a E. F. de Nazaré e a E. F. da Bahia-Minas” (TRINDADE, 2011, p.110), ampliando, assim, as microrredes de transportes fluviais e as feitas pelo trotar dos burros – os carregadores no interior das fazendas.

Não dando conta do fluxo de mercadorias que entravam e saíam da região, em 1971 foi inaugurado o Porto do Malhado, principalmente para garantir a exportação de cacau e a importação de mercadorias tanto do exterior como do Brasil, já que pouco se produzia na região, além do cacau.

A construção da rodovia BR-415, a Ilhéus-Itabuna, em 1928, começou por iniciativa dos coronéis locais: “[...] numa conversa entre o advogado itabunense José Nunes da Silva e o Coronel Virgílio Amorim, de Ilhéus, surgiu a ideia de uma estrada ligando o litoral ao

interior” (SILVEIRA, 2012). Tratou-se de “[...] uma espécie de resposta à concentração do transporte de cacau pelos trilhos do [rio]Almada” (RIBEIRO, 2008, p. 98). Depois de muitas controvérsias, a BR-415 acabou sendo construída com dinheiro público. Como uma das decorrências do poder oriundas do cacau, em 1939, foi inaugurado o Aeroporto Jorge Amado, reforçando a rede de poder dos cacauicultores.

A construção da BR-101, em 1973, que corta o interior da região cacauzeira no sentido Norte-Sul, deu nova dinâmica à ocupação territorial, facilitando a circulação de pessoas, mercadorias, informações e outras ordens, configurando e/ou consolidando a rede urbana mais continental, principalmente com população de migrantes nordestinos (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001).

Posterior à década de 1980, somente uma rodovia foi construída, mudando a dinâmica dos fluxos regionais: a litorânea BA-001, em 1998, que liga Ilhéus a Itacaré. Entretanto, esta não foi construída somente para atender ao escoamento do cacau, mas, principalmente, como resposta às necessidades da atividade turística em Itacaré (MELIANI, 2011).

Enfim, as redes de transporte formam, ao mesmo tempo, os tentáculos do poder, expressões da hierarquização sócio-espacial, instrumentos para o disciplinamento social e alisamento artificial das multiplicidades. As redes foram se constituindo e as ordens emergindo com força, sendo o suporte e o exercício – não exato – da função, garantir o poder, mesmo que não se conseguisse, promovendo sua autoevidência e tornando opacos outros lugares, deixando os famosos sobrenomes familiares dos cacauicultores nas ruas, praças, prédios, avenidas, cidades e nos principais cargos públicos: nas prefeituras municipais, Fórum, Ceplac, UESC:

Os principais fazendeiros e comerciantes utilizaram a cidade como um lugar estratégico para representar seu prestígio político e social. As ruas e praças mais importantes de Ilhéus passaram a ser conhecidas pelos nomes dos seus moradores mais ilustres ou dos principais chefes políticos [...] (RIBEIRO, 2008, p. 84-85).

A “civilização do cacau” ficou marcada na literatura pelos naturais da microrregião Jorge Amado (1912-2001) e Adonias Filho (1915-1990); no cinema pelos filmes *A Civilização do Cacau*, *Os Deuses e os Mortos*, *Os Magníficos*, *Saga do Cacau*, *O nó – ato humano deliberado*; na novela – *Gabriela e Renascer*; na fotografia – *O Legado da Família Wildberger*, *O Cacau na Moda: Registros do IX Cidade Fashion Day*, *Visita ao cacau: uma*

fotorreportagem; entre outras artes, como pode ser visto no *Goethe Institut* Salvador-Bahia (2011).

Perpetuando-se na arquitetura, nas lápides, bem como nos aspectos culturais intangíveis como os funerais suntuosos (RIBEIRO, 2008), as festas nos clubes, o poder impunha seus símbolos e signos, definindo quem mandava e, por conseguinte, quem não mandava. Símbolos comunicavam ordens, dizendo de quem era o território e mantendo pelo exercício recorrente do poder, sua marcação do passado no presente e para o futuro.

Mesmo com o fim oficial do coronelismo, os cacauicultores tiveram condições de agir quase que soberanamente sobre o território regional e sua população, inclusive com a contribuição da Ceplac, comissão ligada ao Ministério da Agricultura criada, inicialmente, para sanar as dívidas dos cacauicultores em 1957. Em 1961 o Ministério da Fazenda (em 1974 a Ceplac passou para o Ministério da Agricultura) criou uma taxa de retenção referente a 20% (depois mudou para 15%, 10%) do cacau e seus derivados exportados (GARCEZ, 1985; BRASIL, 2009; COSTA, 1992). A Ceplac arrecadava esse dinheiro – chegou a arrecadar mais de um bilhão e meio de dólares – e investia na sustentação predial e administrativa da própria Ceplac, em pesquisas, assistência técnico-agronômica, formação de mão de obra, criação e execução de projetos de desenvolvimento regional. Do total arrecadado, 50% destinavam-se à Carteira de Comércio Exterior, do Banco do Brasil (CACEX) e os demais, à Ceplac (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 1982). Essa taxa de retenção, totalmente extinta em 1989, corporificou-se tanto no substrato territorial, como no aspecto cultural e simbólico. A arrecadação não ia para o Estado e depois redistribuída. O dinheiro arrecadado, apesar de público, destinava-se a um segmento particular da sociedade – os cacauicultores:

Porque na verdade é o seguinte: quando a Ceplac foi criada, a Ceplac foi uma grande mãe para a região. Então a Ceplac dava tudo. Tudo era altamente subsidiada ou doado. Então o produtor de cacau, ele sempre foi acostumado a ter da Ceplac um tratamento muito assim, de como se fosse de pai, de mãe para filho (Entrevistado nº 25, 20/05/2012).

Havia uma participação direta dos cacauicultores na Ceplac por meio do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC) e dos Sindicatos Rurais (SR), ajudando a definir as políticas públicas necessária para a produção, circulação e comercialização do cacau, via Departamento de Apoio ao Desenvolvimento (DEADE), Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), Departamento de Extensão (DEPEX), Departamento de Educação (DEPED)

(INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 1982).

Para o entrevistado nº 1, funcionário público e cacauicultor,

[...] abrimos estradas, construímos hospitais, fizemos aqui a Universidade Estadual de Santa Cruz. Isso foi feito com recurso da CEPLAC. O porto internacional do cacau foi feito com recurso da CEPLAC. [...] Estradas vicinais foram feitas com recursos da CEPLAC. Hospitais. [...] Eletrificação (Entrevistado nº 1, 23/03/2011).

Chegaram inclusive a pensar em criar o Estado de Santa Cruz (NEVES, 2006), separando-se do Estado da Bahia, o que alude à independência financeira que os cacauicultores tinham em relação ao Estado. Por um lado, tínhamos o Estado, principalmente o governo da Bahia, dependente da cacauicultura para arrecadação de imposto e sustentação do *superávit* da balança comercial; de outro, tínhamos uma comissão federal com autonomia financeira para investir na cacauicultura, contando com grande volume de recursos, principalmente durante a década de 1970, e que contribuía para manter o próprio Estado. “A Ceplac era um Estado dentro do próprio Estado” (Entrevistado nº 25, 20/05/2012).

Apesar dessa riqueza, “Nesse modelo aqui, [...] a ordem era produzir a qualquer custo. Na parte social, ninguém nunca se preocupou aqui com segurança alimentar, com qualidade de vida e nem com inclusão social” (Entrevistado nº 33, 22/05/2012). Segundo o entrevistado nº 20, funcionário público e representante dos cacauicultores:

Às vezes você fala com o cacauicultor [e ouve]: ‘Mas a UESC foi feita com o dinheiro do cacau!’ Sim, realmente! Isso a gente não pode negar. A criação da CEPLAC, tinha uma taxa de retenção cambial de 15%, foi praticamente um governo paralelo e foi uma forma até de governança, vamos dizer assim. Só que era uma governança pouco democrática. Era uma elite, ali, é quem detinha o poder econômico e político, e interessava ao Estado da Bahia (Entrevistado nº 20, 01/04/2011).

Hoje essa ‘governança pouco democrática’ está atrelada à identidade dos cacauicultores, indivíduos poderosos e influentes social, econômica e politicamente entre outros grupos integrantes do território da região cacauieira.

4 PODER E RESISTÊNCIA

Para Foucault (1979), onde o poder age com força, as ansiedades reprimidas se fortalecem e assumem formas, ações, dissimulações, silenciamentos estratégicos. Fazem parte da memória dos habitantes e, por conseguinte, do território regional. Como os significados das palavras são construções sociais histórico-geográficas, seus significados podem mudar com a dinâmica das relações de poder que se estabelecem dos humanos significando as palavras e as coisas (FOUCAULT, 2000), é o que acontece com a resignificação da palavra coronel. Com a diminuição do poder dos coronéis e seus herdeiros, palavras cassadas, intimidações, comportamentos induzidos, heterogeneidades sociais alisadas, vieram à tona ou fizeram ouvidos moucos para as lamentações dos cacauicultores diante da atual crise, que os empobreceu. O crime da vassoura-de-bruxa, propalado pelos cacauicultores, não provocou desordem, revolta na população regional, que permaneceu indiferente, “[...] como se nada tivesse acontecido [...]” (SANTOS, 2012). Não houve sublevação, entretanto a população não deixou de autoafirmar-se no reconhecimento dos cacauicultores como herdeiros dos coronéis e o que alguns querem esquecer, dar outras consubstanciações, ou remeter para a ficção, outros querem falar, reviver, como demonstra citação a seguir:

Muitos pequenos produtores foram mortos pelos coronéis para que o latifúndio deles fosse crescendo. Quando eles concordavam em vender, eles compravam. Quando eles [os pequenos produtores] não vendiam, eles morriam. [...] Depois do coronelismo, quando começou a surgir a justiça, começou a haver essa prática ilegal deles, eles começaram a constituir advogados... Na verdade era um jogo de oportunismo. Que quando não ia de um jeito... Numa época era de um jeito: matava. Na outra época não tinha mais condições de matar, eles começaram a tomar na justiça, ilegal (Entrevistado nº 4, 24/03/2011).

Assim, acrescenta-se socialmente à identidade do coronel, comportamentos como orgulho, vaidade, soberba, luxúria, avareza, abuso de poder, violência, autoritarismo como mecanismos de manter e reproduzir uma sociedade cindida profundamente entre ricos e pobres. Esta conjunção identitária em determinado momento da história brasileira não só era desejada, mas até comprada (FALCÓN, 2010). Comprava-se o título de coronel para ser assim reconhecido. Com o passar do tempo, as conjunções do poder, o exercício da cidadania de forma mais equitativa, a expressão de demandas sociais reprimidas,

tornaram-se múltiplas e inéditas, tanto na escala brasileira, como a internacional, transformando as características atribuídas aos coronéis e a seus herdeiros em negativas.

Na Lista do Cacau, lista de discussão formada por engenheiros agrônomos, agricultores, administradores, empresários, cacauicultores, engenheiros civis, agropecuaristas, professores/pesquisadores, advogados, funcionários públicos e médicos³, identificamos os seguintes traços identitários impingidos aos cacauicultores, segundo os mesmos: coronéis (como se fosse um xingamento), arrogantes, inadimplentes, conservadores, incompetentes, lascivos, covardes – têm medo de dizer que estão pobres, não vão às ruas reivindicar seus direitos –, egocêntricos, perdulários, elite burguesa, picuinha – atitude hostil em relação a alguém. Sinônimo de cisma, implicância –, falastrões, prepotentes, gananciosos, saudosistas, utilizadores do dinheiro dos empréstimos públicos para manter o *status*. Medrosos com relação ao comunismo, o que os levam a tratar todos os movimentos sociais como movimentos comunistas (Lista do Cacau. Temática: Crime da Vassoura de Bruxa. Em: <cacau-l@listas.unicamp.br> 27 fev. 2009 a 19 nov. 2010).

Com o empobrecimento dos cacauicultores, o respeito pelos coronéis e descendentes, seja por autoridade da hierarquia social, apreço, tradição, reputação, lealdade, ou por medo, se esfacela, é motivo de zombaria: “O coronel que você era, fazia parte daquela clã, de repente você passava a ser até motivo de chacota. Tá certo?! [...] Falavam que de repente Paulão não era mais Paulão, Paulão era Paulinho” (JORGE, 2009, s/p).

Enfim, as acepções ligadas à palavra coronel (fora seu uso militar) tornaram-se, grosso modo, negativas, pois: “Tomado como um resto do passado que teima em viver e uma figura que parece estar imune às transformações históricas, o coronel é sempre o coronel, a figura truculenta e discricionária, que muitas vezes não possui a menor humanidade, nem interioridade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 226). É dessa concepção negativa construída socialmente da palavra coronel que os cacauicultores querem se livrar. Mostrar que são diferentes, possuem outra substanciação identitária, para que esta também seja subjetivada e torne-se ação e coisas, só que agora a seu favor e institua a nova região cacaueira da Bahia.

³ Identificação profissional feita pelos próprios listeiros. Dados disponíveis em:

<http://www.lge.ibi.unicamp.br/cacau/lista/lista_de_inscritos.php?ordenar=instituicao>. Acesso em 30/11/2010.

Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

Maringá, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013

5 CRISE DA REGIÃO CACAUEIRA DO SUL DA BAHIA: CONFLUÊNCIA DE INFORTÚNIOS PARA OS CACAUCULTORES

Ressaltamos que os atuais cacauicultores empobreceram e estão perdendo o domínio territorial, real e/ou simbólico, por fatores que colocaram em suspensão os trunfos do poder local, dentre eles:

a) a ruptura na forma recorrente de intervenção do Estado na economia cacaueira. Desde 1930, sempre que havia uma crise de lucratividade, o Estado intervinha criando instituições que auxiliavam na produção, circulação e comercialização do cacau, como foi o caso do Instituto do Cacau (ICB), na década de 1930; e a criação da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (Ceplac), em 1957; ou fazendo a recomposição das dívidas dos cacauicultores – fez isso nas décadas de 1950, 1960 e 1970 (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 1982). Na crise da década de 1980 o governo federal criou o Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (PRLC), e o estadual, o Polo de Informática de Ilhéus (NOIA, 2011), ambas as ações em 1995 e que não retomaram à dinâmica regional do passado.

b) entre 1989-1992 houve a introdução criminosa da vassoura-de-bruxa nos cacauais (BRASIL, 2006), reduzindo drasticamente a produção de cacau. Segundo alguns funcionários da própria Ceplac e cacauicultores regionais, trata-se de bioterrorismo praticado por servidores públicos da Ceplac filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), com o intuito de desestabilizar o domínio dos descendentes dos coronéis nos municípios (DOCUMENTÁRIO Terrorismo biológico do cacau, 2012);

b) a forma como o Estado brasileiro atuou, via Ceplac, na erradicação e controle da vassoura-de-bruxa não conseguiu recuperar a produtividade da lavoura (BRASIL, 2009);

c) para atender ao PRLC feito pela Ceplac, os cacauicultores se endividaram e não conseguiram re-erguer sua fonte de riqueza (DOCUMENTÁRIO Terrorismo biológico do cacau, 2012);

d) os proprietários de terras com mais de 300 hectares e improdutivos, uma das consequências da vassoura-de-bruxa, ficaram vulneráveis à reforma agrária ao não cumprir a função social da terra, como determina o art. 184 da Constituição brasileira (BRASIL, 1988);

e) os trabalhadores foram dispensados das fazendas de cacau, migraram para as cidades ou saíram da região. Durante o período de 1980-2010 (IBGE, 1980, 2010), houve uma migração campo-cidade na microrregião Ilhéus-Itabuna maior do que a da Bahia e do Brasil. Houve um

decréscimo populacional regional de 3% no período de 1991-2000 e de 6,68% entre 2000-2010 (IBGE, 1991, 2000 e 2010). Segundo os cacaucultores, os que saíram da área rural não querem mais retornar. Está havendo escassez de trabalhadores, tanto em quantidade quanto em qualidade, já que os migrados, nesses mais de 20 anos da denominada crise cacauera, já estão idosos e seus filhos adquiriram outras perspectivas de vida, para além de ser trabalhador do cacau. É o que aponta o depoimento a seguir, em que um dos listeiros sistematiza “os fatores limitantes para a região”:

[...] a - Capital, a região é carente de dinheiro novo, mas, esse não virá, sua independência cacaucultor tem de ser com o sacrifício de sua família também. MEU LIVRO, ensina.

b – Trabalhador, com a queda de produção, falta de trabalho, etc. o operário foi para a cidade grande, conheceu as festas e as malandragens e despovoou o campo. Eles não retornarão, os filhos dos que permaneceram tem uma escolaridade melhor, não quer a vida rural, constituindo um problema para o pai de família, tenho exemplo, não encontra o sonhado trabalho no comércio com[o] dizem e permanecem desempregado. O que será daqui há 10 anos quando essa turma se aposentar ? [...]

c – Assentamentos [de reforma agrária], estão constituindo uma legião de preguiçosos [...]: tem uma sexta [cesta] farta e 150 [reais]/MES, como não tem um objetivo de melhoria de vida, passam o dia vagando (Listeiro nº 21, 23 jul. 2010).

f) desde 2003 que o Estado brasileiro vem dando reajustes reais ao salário mínimo. Aumentou 123,6%, acumulado no período de 2002-2012 (Dieese, 2012), o que implicou em maior dispêndio de dinheiro para contratações;

g) os Gastos Federais Sociais “[...] partiu de R\$ 234,0 bilhões em 1995 para alcançar os R\$ 638,5 bilhões em 2010. Um crescimento real de 172% em 16 anos” (Ipea, 2012, p. 9). Dentre esses gastos estão aqueles destinados à promoção social, como o desenvolvimento agrário, trabalho e renda. Essas políticas de promoção social atenuaram a crise cacauera vivida pelos trabalhadores ao apresentar alternativas de sobrevivência, como é o Programa Bolsa-Família, que beneficiou cerca de 18% da população total da microrregião Ilhéus-Itabuna, ou seja, 141.336 mil pessoas em 2011 (Ipeadata, 2012); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que concedeu financiamento de 106.407.460,93 para a pecuária e agricultura familiar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012) na região; 54.373 hectares foram objetos de reforma agrária (Incrá, 2012), diante da conjunção dos baixos índices de produtividade com a concentração fundiária.

Se por um lado esses gastos melhoraram as condições de vida dos trabalhadores, representadas parcialmente pelo aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que de 0,451 em 1980 foi para 0,626 em 2000 (Ipeadata, 2012), por outro, pressionaram o valor do trabalho para cima, sendo obstáculos à contratação dos trabalhadores.

Além disso houve mudanças nas relações de trabalho, que de relações interpessoais passaram a ser mais firmemente regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como diz um chocolateiro:

Você só veio a ter a questão de INSS [Instituto Nacional do Seguro Social], FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço], essa questão toda do trabalhador, ela só se consolidou depois de 1980. As pessoas nem sabiam que isso existia. Elas não sabiam ler, não sabiam escrever, não tinha a mínima ideia dos seus direitos. Aí começaram a aparecer os advogados espertos, trabalhistas, descobriram que podiam ganhar dinheiro e começaram o quê? A inculcar na cabeça que você tem direitos, você tem direitos, você tem direitos, você tem direitos. Hoje em dia o cara vai trabalhar pensando no dia que ele vai ser despedido para ganhar o auxílio desemprego, o seguro desemprego (Entrevistado nº 2, 23/03/2011).

Diminuição da produção e do preço do cacau, dívidas agrícolas, reforma agrária, aumento do valor do trabalho, escassez de trabalhadores qualificados, aumento dos gastos do Estado com políticas sociais, são alguns dos acontecimentos que mexeram com os trunfos do poder local – o cacau, a terra, os trabalhadores –, e desacomodaram os seguros referenciais identitários do passado. É nesse contexto de adversidades, de incertezas que, dentre outras ações de resistências à perda do domínio territorial, está a problemática da identidade, que na sua concepção sociológica clássica “[...] é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” e dialeticamente entre “[...] os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11). É preciso se desvencilhar de uma identidade desfavorável no atual contexto, e construir outra, forte o suficiente para fazer frente às ameaças. Segundo Woodward (2011), a construção da identidade é relacional, histórica e diferenciadora: “A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades [...]” (WOODWARD, 2011, p.14), que deve representar o que eles são e os diferenciar do que eles não são em determinado tempo e lugar. Concordamos com Silva (2011) que:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2011: 81).

Como as relações de poder são disputadas, o poder de definir e manter a identidade, decorrente destas disputas, é oscilante. A identidade de um grupo de poder local, portanto, não é fixa, imutável. Está em constante transformação, à medida que outras forças entram em jogo

e provocam mudanças em suas substanciações. Há, na construção do que seja o cacauicultor Sul-baiano, resistências aos traços identitários que lhes imputam e a tentativa de afirmar uma determinada identidade, legitimá-la por referência ao território cacaueiro, ao atribuir-lhes um suposto e autêntico passado – um passado glorioso, que lhes parece real (WOODWARD, 2011), e se institui como real, porque assim é vivido.

Nesse caso é uma “identidade de resistência” a um momento de entropia que os ameaça e ao mesmo tempo, a “construção de uma identidade de projeto” (CASTELLS, 1999, p. 24), daqueles que querem definir o destino da região cacauera do Sul da Bahia, como seu. Esta luta é travada pela apropriação, real ou simbólica, de um território, com características histórico-geográficas peculiares e em nome dele. Não se trata, porém, da luta pela definição da identidade e da diferença entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma luta mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.

6 JORGE AMADO E A FORÇA DE SEUS PERSONAGENS

Os cacauicultores conhecidos e auto-reconhecidos como pessoas importantes e poderosas, essa identidade, subjetivada, era praticada ao seu favor, conforme depoimento de um comerciante e cacauicultor:

Morava em Ilhéus, tinha um carro de passeio em Ilhéus, tinha uma caminhonete C10 para ir para a fazenda, o filho estudava em Salvador, com carro também em Salvador. Porque ele chegava numa concessionária, ele dizia... Aqui ou em Salvador: ‘Qual é a sua profissão?’ ‘Produtor de cacau’. Acabou [A venda era realizada]. Comigo aconteceu em São Paulo. Quando eu entrava no hotel escrevia [No livro de registro] produtor de cacau. Eu aprendi a não botar mais comerciante. O tratamento era outro. O tratamento era completamente diferente (Entrevistado nº 12, 29/03/2011).

Hoje, sem a intermediação do dinheiro de antes, os cacauicultores tiveram que reconstruir sua identidade, porque como diz um cacauicultor e agroindustrial: “ [...] o primeiro momento [da crise] foi o momento do susto e depois o momento da crise existencial” (Entrevistado nº 8, 28/03/2011).

De acordo com os cacauicultores da Lista do Cacau, os mesmos são adjetivados de forma desfavorável, não só pela população local, mas também pela nacional e mesmo

internacional, decorrente da força do saber contida nos livros de Jorge Amado, porque “Amado produz assim uma identidade-síntese do baiano que, além de guardar ligações com a realidade, torna-se realidade, ao ser subjetivada por seus leitores e ouvintes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 247), ou replicantes, como afirma o listeiro nº 19:

Não tenho dúvidas de que a grande dificuldade decorre, fundamentalmente, da **imagem** que a ficção criou para o cacauicultor: Ganancioso, Lascivo, Incompetente, Perdulário. Nós permitimos que a ficção de Jorge Amado se estabelecesse no lugar da verdadeira história (que, não chegou a ser contada) e hoje quem está no poder - independente de ideologia ou partido - decide com base nesta ficção. Aliás, todo o nosso turismo regional, e até fábrica de chocolate, se fundamenta e apoia esta ficção, como se realidade fosse. [...] Tenho certeza que podemos chegar aos **300** espartanos! O documentário [sobre o crime da vassoura-de-bruxa] está respaldado em documentos, e é história. E **história** não pode parar. Precisamos tirar o tampão plástico vermelho dos nossos narizes! (Listeiro nº 19, 12 nov. 2010, grifo do autor).

Os cacauicultores, ao atribuir somente a Jorge Amado a forma depreciativa como são reconhecidos, transformam as representações identitárias feitas pela população e por aqueles com quem têm que negociar no Estado, em ficcionais. Entretanto, os interesses dos outros grupos na prevalência da identidade jorgeamadiana dos cacauicultores, a verossimilhança entre os personagens de Jorge Amado e os acontecimentos locais, remete-os recorrentemente ao coronelismo:

Esses dias eu falei com a mulher do Instituto Goethe, que eu estava até preocupado com isso. Eles fizeram um seminário lá e eu ouvi muito: ‘Os coronéis do cacau...’ Os temas das palestras. Eu chamei, eu liguei para ela e disse: ‘olha, [...] a gente está iniciando um trabalho de *marketing* para melhorar um pouco a imagem do cacau. [...] Estou querendo trabalhar muito o conceito de cacau, saúde e meio ambiente, questão de alimento funcional e também questão...’ Chamando atenção para isso, o cacau está presente no bioma Mata Atlântica, bioma Amazônia. E ela, alemã: ‘Não, não vamos falar nada disso...’ ‘Eu só queria alertar porque a gente não quer ficar reproduzindo esse discurso e tal’. E acabou que reproduziram. [...] Qual o sentido disso? Qual o sentido de você estar discutindo isto? Faz um seminário em Salvador, não convida ninguém, nenhum representante da região cacaueira, com professores apenas da UFBA [Universidade Federal da Bahia]. Nada contra, mas para ficar... Fica parecendo que é retórica. O que você quer construir mesmo de novo? Para ficar repetindo aquilo que já está nos livros de Jorge Amado, já está presente no inconsciente... Eu não vejo nem sentido. É desperdício de dinheiro, pô. Para que tu quer ficar repetindo isso, né? Se for para repetir isso, fazer uma análise crítica para ver como a gente transforma a realidade, tudo bem. Agora, ficar repetindo isso por retórica, só para dizer que foi assim, que é assim... [...] Aí eu citei para ela a questão do Bahia Rural [Programa de televisão]: [...] Na hora de falar da uva, ela [a repórter] falou dos novos vinhos que são feitos no Vale do São Francisco, na hora do algodão do oeste... Na hora de fazer a chamada para o cacau, ela faz a chamada dizendo: ‘na terra dos coronéis do cacau...’ [Risos] (Entrevistado nº 20, 01/04/2011).

Na análise dos *e-mails* identificamos duas tendências (são só propensões) complementares na constituição auto-identitária do grupo de poder dos cacauicultores: uma interna e outra externa. A tendência interna refere-se à aglutinação de elementos, até então dispersos, que supostamente daria coesão ao ser cacauicultores: 1º. descendentes dos desbravadores e pioneiros, história ligada a um crime biológico: adimplentes, incansáveis, aguerridos, retos, espartanos (sentido figurado: austero, rigoroso, severo; sóbrio; solidários entre seus membros, corajosos; honrados, gloriosos), sofredores, guerreiros, vítimas; 2º. Aspecto profissional do ser cacauicultor: conservacionistas, preservacionistas, inovadores na gestão dos negócios, justos na aplicação das leis trabalhistas, produtores de riquezas para o Estado da Bahia e para o Brasil, não-escravocratas, empreendedores, inovadores, competentes. Signos repetidos por determinadas pessoas com *status* e reputação suficientemente fortes para conseguir adesão de outras pessoas.

Há um esforço no sentido do desvencilhamento da “pecha” coronelista do passado e dispêndio de energia na construção de outra, mais condizente com as forças do poder atualmente como: a) valorização da produção e consumos internos do cacau – agregação de valor aos produtos primários pela industrialização, da produção do cacau fino (CRIAÇÃO..., 2012), do cacau orgânico (MUNDO..., 2012), tudo para não ficar “refém da monocultura cacauera” (Entrevista nº 8, 23/03/2011) para exportação e atender às demandas internas pelo chocolate; b) discurso alinhado com a política ambiental brasileira – preservação da Mata Atlântica; valorização do cacau cabruca como sistema agroflorestal; da produção cacauera como atividade de baixa emissão de gases do efeito estufa; olhar voltado para a comercialização de créditos de carbono; preservação da biodiversidade, proteção aos mananciais e solo; conservação produtiva (SETENTA; LOBÃO, 2012). Como diz um cacauicultor referindo-se ao atrelamento dos atuais herdeiros ao coronelismo:

O poder do mando. Mandavam. Eles eram assim, muito austeros! Mas era super bons! Outra ideia errada que se faz: que o coronel do cacau era perdulário. Isso é uma grande mentira! Isso não pode ser dito, não pode ser escrito. [...]. Eles foram desbravadores, empreendedores, conservacionistas mais do que ninguém! Porque eu descobrir uma lavoura que tem valor econômico e preservar a floresta primária toda, durante todo esse tempo! Eu lhe dei um dado aqui, que da floresta atlântica, a parte do Sul da Bahia é a mais preservada de todo o Brasil. [...] Como é que a gente pode julgar o coronel assim, como julgam hoje as pessoas! ‘Olha, aquele cara é coronel!’ Como se fosse a escória da sociedade! Isso não pode ser dito não! Isso é uma injustiça! Eu lhe digo isso com propriedade! [Risos] (Entrevista nº 8, 23/03/2011).

Na nova construção identitária não há unanimidade, total coesão interna, entre os cacauicultores de como gostariam de ser reconhecidos. Há disputas entre os que querem projetar o futuro voltando-se para o passado e outros que vislumbram o futuro de acordo com as forças políticas do presente. No primeiro caso é uma identidade baseada na autoridade, tradição, na história dos desbravadores, dos homens humildes e fortes vindos de outras partes do Nordeste brasileiro e principalmente da Alemanha, para desbravar o território de Mata Atlântica, fechada, quente e úmida, povoada por animais tidos como ferozes, peçonhentos e por índios “belicosos”; na continuidade da forma intervencionista do Estado nos momentos de crise, pela recomposição e mesmo a anulação das dívidas agrícolas. Procuram no passado elementos de identidade para saber o que são.

No segundo caso, há aqueles que assumem a ideia de futuro para construir o presente, principalmente ligada à aceitação da multiplicidade de grupos sobre o mesmo território regional e à questão da conservação ambiental: “[...] desenvolver as potencialidades do território como um todo. Os ativos desse território como um todo e tentar minimizar esses conflitos [agrários]” (Entrevistado nº 20, 01/04/2011), em aliança com o Estado. Procuram no presente elementos de identidade para saber o que são e pretendem ser.

Em relação à projeção externa, é preciso distinguir-se dos outros grupos, ser diferente e superior. Então, ao mesmo tempo em que acontece um turbulento movimento interno que tende a cindir-se e institucionalizar-se separadamente em Instituto Pensar Cacau (IPC), mais ligado a “identidade de retrovisor” (Entrevistado nº 25, 20/05/2012) e Associação dos Produtores de Cacau (APC), com maior projeção identitária de futuro, constrói-se o processo de distinção e hierarquização frente aos outros grupos que os incomodam: sem-terra, assentados da reforma agrária, índios, descendentes dos quilombolas, forasteiros. Segundo Dias:

A elite econômica, política e, sobretudo, a intelectual, se renova no atual contexto [de crise]. Parcelas da sociedade até então marginalizadas na tradição histórica regional – como negros e índios - hoje estão organizadas e lutando, entre outras coisas, pelo reconhecimento de seus papéis na história. Além disso, uma quantidade significativa de novos “forasteiros” chega à região atraída pela Universidade, pelas possibilidades de empreendimento, pelos empregos no setor hoteleiro e de serviços, pelas belezas naturais, pela qualidade de vida (DIAS, 2007, p. 735).

A irrupção identitária dos outros grupos, até então silenciados pelo saber do poder, ameaça esse grupo de poder local, que se vê obrigado a mostrar quem são, e por exclusão, o que não são. Para o listeiro nº 20:

O Ministério Público, FINGE, que não sabe da catástrofe implantada na região do cacau, em forma de terrorismo biológico. Fazem isso porque o cacaucultor ainda não aprendeu e não vai aprender nunca a agir como os índios, sem terra e quirombolas [quilombolas]. No mínimo, acho que deveríamos provocar o ministério público a assistir o documentário O NÓ. S[ó] não podemos é ficar quietos como um monte de ‘bunda moles’, esperando ‘o monstro emergir da lagoa [lagoa]’ (Listeiro nº 20, 21 jun. 2012).

É tão engraçado porque as pessoas, as vezes, que falam assim: ‘ele é estrangeiro’ ‘Ah, vem essa gringuiha pra cá...’ Porque as vezes vem do Sul do país. Aí diz assim: ‘você... Ele é forasteiro’. Forasteiro? Por que forasteiro? Veio de onde? De marte? [...] É muito engraçado! Mas eles se sentem tanto daqui, que querem expulsar quem eles acham que é diferente (Entrevistada nº 22, 18/05/2012).

Essa diferenciação entre o “nós” e os “outros” não tem um objetivo em si, mas gerar a hierarquização, inferiorização, subordinação e cassação das palavras dos outros, supostamente desprovidas de saber. Trata-se do colocar-se em superioridade social e moral e alisar, via mecanismos de exclusão (FOUCAULT, 2009), as multiplicidades, o poder que vêm de baixo e que teima em emergir.

Entretanto aqui também há divergências entre os cacaucultores: alguns querendo sufocar a diversidade dos precariamente excluídos, como os sem-terras, índios, quilombolas, produtores familiares; outros incorporando essas demandas, comungando com as políticas públicas sociais do Estado. Vejamos abaixo a postura contra um projeto do Instituto Cabruca, que envolve o representante dos cacaucultores na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis. Recentemente:

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir) assinaram um convênio com o Instituto Cabruca, [...], para o ‘Manejo Agroecológico do Cacaueiro e Processamento de Cacau de Qualidade em Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas e Indígenas no Território Litoral Sul da Bahia’ (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2011).

Na Lista do Cacau esta notícia foi divulgada e colocados em suspeita os objetivos do convênio. Segundo um listeiro e cacaucultor:

O objetivo é [sic] promover o enriquecimento de áreas de cacau e o [sic] processamento da amêndoa com qualidade, visando a geração de renda, [sic] segurança alimentar, e a conservação da Mata Atlântica em ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTORES FAMILIARES, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, E COMUNIDADES INDIGENAS, por meio [sic] da produção e [sic], comercialização de um produto local. No momento, \$sem mais comentário\$ (Listeiro nº 16, 16 dez. 2011, colchetes feitos pelo autor).

Segundo o autor do *e-mail*, ele não é contra os objetivos do projeto, só estranha que o mesmo seja assinado por Durval Libânio Netto Mello, representante dos cacauicultores na Câmara Setorial:

O que está em jogo é que esse senhor de múltiplas facetas, [...] é o Presidente da Câmara Setorial do Agronegócio Cacau! O voto de minerva! O nosso elo, entre o produtor e entes do Governo Federal! Presidente de um órgão responsável pela definição das POLÍTICAS do MAPA para a Cacaucultura! (Listeiro nº 16, 20 dez. 2011A).

As “[...] ações do Instituto Privado [Instituto Cabruca] que dirige, vem de encontro às demandas dos Produtores Rurais da Bahia, da região Sul, baixo sul e extremo sul” (Listeiro nº 16, 20 dez. 2011B); e “os princípios demonstrados nesse convênio diferem sobremaneira dos anseios da nossa classe, mas o que está na moda é o tudo pelo social, não é?” (Listeiro nº 16, 17 dez. 2011, cifrões usados pelo autor).

Em que o convênio assinado pelo Instituto Cabruca contraria aos interesses dos cacauicultores? O listeiro em referência responde:

O Instituto Cabruca que o mesmo dirige [referindo-se a Durval Libânio Netto Mello], sendo o Presidente, acaba de receber três milhões de reais de verba não reembolsável para atender O POLVO com seus imensos tentáculos (assentamentos, quilombolas e índios) ou massa de manobra do MST [...] (Listeiro nº 16, 20 dez. 2011C).

“Mais, assina um documento intitulado ‘MANIFESTO EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO MST’ (Listeiro nº 16, 20 dez. 2011D).

Em outros termos: a verba conseguida não foi para os cacauicultores, mas para outros grupos: os assentados, quilombolas e índios e o representante dos cacauicultores na Câmara Setorial assinou um manifesto em defesa da democracia e do Movimento dos Sem Terras (MST), ações contrárias, segundo o Listeiro nº 16, aos interesses dos cacauicultores. O grupo dos índios, quilombolas, sem-terra estão excluídos do projeto de região de alguns cacauicultores. São os escondidos, dissimulados no discurso sobre a luta pelo destino de todos do território cacaueiro.

7 CONCLUSÕES

A denominada crise da região cacauera do Sul da Bahia colocou em suspensão três trunfos do poder local – o cacau, o trabalho e a terra. Houve uma queda acentuada da produção cacauera, acompanhada pela queda dos preços da amêndoa do cacau nos mercados mundiais (CHIAPETTI, 2009); em relação ao trabalho, há a escassez de trabalhadores qualificados e dispostos a trabalhar nas condições e valores oferecidos pelos cacauicultores; as fazendas com mais de 300 hectares e tornadas improdutivas estão suscetíveis à reforma agrária; e por fim, o Estado rompeu como a forma de agir nos momentos de baixa lucratividade dos cacauicultores, além de aumentar os gastos sociais com os empobrecidos, alcançando muitos trabalhadores na região e oportunizando outras formas de sobrevivência, em detrimento ao trabalho nas fazendas de cacau. Diante dessas e de outras ameaças ao poder até então estabelecido, a aglutinação de elementos identitários e de diferenciação frente ao que é ameaçador, é uma arma, uma força poderosa contra a desordem em um território.

Os cacauicultores estão em crise, inclusive de identidade, presente na tensão interna dos “espartanos” que querem continuar a mandar no território recorrendo a um suposto e glorioso passado e no não-pagamento das dívidas “espúrias”, e outros que estão projetando o futuro do território com referências no presente, no compartilhamento do território, na valorização da Mata Atlântica e do chocolate e não somente do cacau, na negociação das dívidas e na valorização dos trabalhadores, ao oferecerem melhores condições de moradia, transporte, educação, água encanada, luz elétrica, como visto nas mensagens da Lista do Cacau e entrevistas.

Há, portanto, na construção da nova identidade, uma intencionalidade, o desejo de se obter determinado efeito material do poder: continuar a ter o território da região cacauera como *locus* daquele grupo de poder, mesmo não havendo consenso de como fazer isso. O cacau, o disciplinamento do trabalho e a terra são os efeitos materiais que se quer manter e alcançar e não a construção inocente, natural e despropositada da identidade.

8 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CACAU FINO E ESPECIAL, APCFE. 2012. Disponível em: <<http://www.apcfe.com/>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>>. Acesso em: 08 out. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Delegacia de Polícia Federal de Ilhéus-BA. **Relatório do inquérito nº 2-169/2006-DPF.B/ILS/BA**. Relatora Denise Dias de Oliveira Cavalcanti.

BRASIL. **Nota Técnica (Abril/2009)**. Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/CRA/AP/AP20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado**: transformações e permanências na região cacaueira da Bahia. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (2011). **CAR e Sedit promovem ação que beneficia pequenos agricultores da região cacaueira**. Salvador-BA. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/noticias.asp?id=604>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

COSTA, José Fialho. **Conjuntura cacaueira do Sul da Bahia**. Salvador: Bureau, 1992.

DIAS, Marcelo Henrique. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia, de Mary Ann Mahony. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. v. 10, n.18, 2007, p. 731-735.

DIEESE. **Nota Técnica nº 106**. Política de Valorização do Salário Mínimo. Disponível em: <www.dieese.org.br/notatecnica/notatec106PoliticaSalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 24 out. 2012.

DOCUMENTÁRIO Terrorismo biológico do cacau. **O Nó – ato humano deliberado**. O registro histórico da introdução criminoso da doença vassoura-de-bruxa nas plantações de cacau do sul da Bahia. Pesquisa, roteiro, produção e direção de Dilson Araújo. Roteiro de edição, montagem e finalização de Henrique Filho. Direção de fotografia Isaías Neto. Região Cacaueira da Bahia (Ilhéus-Itabuna), 2012. 70 min.

FALCÓN, Gustavo. **Coronéis do Cacau**. 2. ed. Salvador: Solisluna Design, 2010.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Microfísica do poder**. 1 ed., 11 reimp. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FRANK, Joseph Luce. **Rural workers and labour justice**: the Estatuto do Trabalhador Rural in Brazil's Cacao Region, 1963-1973. 2009. Tese (Doutorado) – Osgoode Hall Law School, York University, Toronto, 2009.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Ceplac de corpo e alma**. Ilhéus-BA: Ceplac, 1985.

GOETHE INSTITUT SALVADOR – BAHIA. Disponível em: <<http://www.goethe.de/ins/br/sab/ver/acv/ptindex.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed., DP&A, Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Censos Demográficos. Disponível: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2012.

INCRA (2012). Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT Coordenação-geral de Implantação-DTI-SIPRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Ceplac/Cacau, ano 25**: desenvolvimento e participação. Brasília, DF: IICA, 1982. (Série Desenvolvimento Institucional, n. 16).

IPEA (2012). **Nota Técnica nº 9**. Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120904_notatecnicadisoc09.pdf>. Acesso em: 05 out. 2012.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Base de dados macroeconômicos. 2012. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2012.

JORGE, Paulo. **Documentário Os magníficos**. DOCTV IV – 31. Direção e roteiro de Bernard Attal. Produção Ondina Filmes. Produção executiva Diana Gurgel. Realização Programa de Fomento à Produção e Teledifusão ao Documentário Brasileiro (DOCTV), do Ministério da Cultura, com parceria do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), exibição Rede Cultura. Fotografia de Matheus Rocha. Edição de Carlos Shintomi/Bernard Attal, DVD, áudio e vídeo, color. Salvador: Rede Cultura, 2009. 51min. 59s.

Lista do Cacau. Temática: Crime da vassoura-de-bruxa. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 27 fev. 2009 a 19 nov. 2010.

Listeiro nº 16. **Noticias convênio CAR/SEDIR - Instituto Cabruca - R\$ 3.005.074,90 (Três milhões e cinco mil e setenta e quatro reais e noventa centavos)**. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 16 dez. 2011.

Listeiro nº 16. **Noticias convênio CAR/SEDIR - Instituto Cabruca - R\$ 3.005.074,90 (Três milhões e cinco mil e setenta e quatro reais e noventa centavos)**. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 17 dez. 2011.

Listeiro nº 16. **Enc: Noticias convênio CAR/SEDIR - Instituto Cabruca - R\$ 3.005.074,90 (Três milhões e cinco mil e setenta e quatro reais e noventa centavos)**. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011A.

Listeiro nº 16. **Noticias convênio CAR/SEDIR - Instituto Cabruca - R\$ 3.005.074,90 (Três milhões e cinco mil e setenta e quatro reais e noventa centavos)**. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011B.

Listeiro nº 16. **Enc: Noticias convênio CAR/SEDIR - Instituto Cabruca - R\$ 3.005.074,90 (Três milhões e cinco mil e setenta e quatro reais e noventa centavos)**. Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011C.

Listeiro nº 16. **Noticias convênio CAR/SEDIR - Instituto Cabruca - R\$ 3.005.074,90 (Três milhões e cinco mil e setenta e quatro reais e noventa centavos)**). Disponível em: <cacau-l@listas.unicamp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011D.

Listeiro nº 19. **Diagnóstico e cura**. Disponível em: <cacau-1@listas.unicamp.br>. Acesso em: 12 nov. 2010.

Listeiro nº 21. **Fatores limitantes para a região**. Disponível em: <cacau-1@listas.unicamp.br>. Acesso em: 23 jul. 2010.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n.17, nov., 1998.

MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, Ilhéus, 2007, v. 10, n.18, p. 737-793, jul.-dez.

MELIANI, Paulo Fernando. **Crítica à estética da mercadoria no turismo**: dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MUNDO orgânico (2012). Disponível em: <<http://mundoorganico.blogspot.com/2010/01/cacau-organico.html>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

NEVES, Maricélia Cardoso Matos. **Estado de Santa Cruz**: o separatismo no mosaico baiano (1930-1980). 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

NOIA, Angye Cássia. **A construção do desenvolvimento local no município de Ilhéus-BA**: uma análise das alternativas de desenvolvimento geradas após a crise da monocultura do cacau. Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Rio de Janeiro, 2011.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta**: índios, estradas e rios no sul da Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Coronelismo, enxada e voto**. 2000. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/Coronelismo_enxada_e_votos.pdf>. Acesso em: 21 maio 2010.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. Tese (Doutorado) – Universidade federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTO, Dorcas Guimarães Espírito. **Documentário o Nó**. Direção e produção TV Mercado. Apresentação Kaline Ribeiro. Ilhéus, 8 mar. 2012. Disponível em: <http://www.mercadodocacau.com.br/video/Document%C3%A1rio_O_N%C3%B3_>. Acesso em: mar. 2012. Color, áudio e vídeo.

SETENTA, Wallace; LOBÃO, Dan Érico. **Conservação Produtiva**. Cacau por mais 250 anos. Itabuna-BA, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 73-102.

SILVEIRA, Adelindo Kfoury (S/D). **Carta de Adelindo Kfoury (Especial): história de nossa primeira estrada**. Disponível em: <<http://duplicabr.com.br/?pg=conteudo&id=1>> . Acesso em: 14 jun. 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (2001). **Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI.

TRINDADE, Gilmar Alves (2011). **Aglomerção Itabuna – Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/732820572T.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 5 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, .p. 7-72.